



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 171207 - PR (2020/0061308-2)

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
SUSCITANTE : CONSTRUTORA TRIUNFO S/A
ADVOGADOS : THIAGO CHOIFI E OUTRO(S) - SP207899
ERIKA LOPES DOS SANTOS - SP260125
PATRICIA ANDRADE CAPRONI LI VOTI - SP258262
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DE FALÊNCIAS E
RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DE CURITIBA - PR
SUSCITADO : JUÍZO DA 3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS - SP
INTERES. : JADILSON JOAQUIM DE SANTANA E OUTROS
ADVOGADO : ROSÂNGELA FRASNELLI GIANOTTO - SP184488

DECISÃO

Cuida-se de conflito positivo de competência, com pedido liminar, suscitado por CONSTRUTORA TRIUNFO S/A em face do JUÍZO DA 3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS - SP e do JUÍZO DA 2ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS DE CURITIBA - PR.

Ação em trâmite na Justiça Comum: recuperação judicial da suscitante.

Ação em trâmite na Justiça do Trabalho: reclamatória trabalhista, em fase de execução.

Conflito de competência: alega, em síntese, que o juízo da recuperação judicial é o como único competente para decidir sobre atos de execução, constrição ou expropriação do patrimônio de empresas em recuperação judicial. Pleiteiam, liminarmente, “a suspensão da execução do processo trabalhista enquanto não solucionado o presente conflito, com a designação provisória do Juízo da Recuperação Judicial para a resolução de medidas urgentes”.

RELATADO O PROCESSO, DECIDE-SE.

O STJ assentou, desde muito tempo, o entendimento de que, tanto após o deferimento do pedido de recuperação judicial quanto após a decretação da quebra, o destino do patrimônio da sociedade empresária não pode ser afetado por decisões prolatadas por juízo diverso do que é competente para a

recuperação ou falência. Nesse sentido: CC 79170/SP, 1ª Seção, DJe de 19/09/2008; e CC 106768/RJ, 2ª Seção, DJe de 02/10/2009.

Portanto, na espécie, mediante juízo perfunctório, infere-se que o JUÍZO DA 3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS não detém competência para dar continuidade a atos que impliquem restrição ao patrimônio da empresa suscitante.

Forte nessas razões, **DEFIRO** o pedido liminar a fim de suspender a prática, pelo JUÍZO DA 3ª VARA DO TRABALHO DE CAMPINAS - SP, de atos que impliquem constrição ao patrimônio da suscitante, designando, outrossim, o juízo onde se processa a recuperação judicial para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes.

Oficie-se aos Juízos suscitados, com urgência, comunicando-lhes e solicitando informações.

Após, ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora